

MOVIMENTO PSICANÁLISE, AUTISMO E SAÚDE PÚBLICA - ORIGENS E OBJETIVOS¹

Rita Smolianinoff²

Agradeço à organização desta I Jornada PREAUT Brasil Eixo-Recife, pela oportunidade de falar sobre um assunto que me é tão caro: o Movimento *Psicanálise, Autismo e Saúde Pública*, ao qual, doravante, me referirei apenas como *Movimento*. Para tanto, vou me valer de diversos recortes colhidos do rico material já disponível no blog do *Movimento* e na produção de diversos psicanalistas, já publicados na Internet.

Tendo surgido no Brasil no segundo semestre de 2012 como uma reação à tentativa de desqualificação da psicanálise enquanto abordagem terapêutica capaz de tratar o autismo, o *Movimento* rapidamente cresceu e se fortificou, buscando estabelecer um diálogo com a Saúde Pública, na direção da defesa dos princípios que regem a psicanálise, princípios estes que consideram os direitos de cada pessoa poder fazer escolhas.

São estas, em linhas gerais, as primeiras informações que trago a guisa de introdução sobre a origem e os objetivos do *Movimento*.

Antes de continuar, entretanto, acho importante informar que o processo na direção de desqualificar a psicanálise não começou no Brasil. Tais apreciações são importantes para situar a gravidade do que está acontecendo e que recai no cerceamento das liberdades individuais, no achatamento do Sujeito e na supervalorização das práticas em que o ser humano é tratado como uma mercadoria nas assim chamadas sociedades de consumo pós-modernas.

¹ Resenha apresentada na I Jornada PREAUT Brasil Estudo e Pesquisa em Autismo (Eixo Recife-PE), FAFIRE, Recife/PE, 28.09.2013

² Psicanalista, membro de Interseção Psicanalítica do Brasil, integrante do GT-11 do Movimento Psicanálise, Autismo e Saúde Pública - MPASP. E- mail: rs@hotlink.com.br.

Itália:

As notícias da desqualificação da psicanálise na Itália foram colhidas em um artigo do psicanalista Marco Antônio Coutinho em seu artigo “O que regula a Psicanálise?” (COUTINHO, 2003), do qual recorto:

Há onze anos vigora uma lei que obriga aos psicanalistas que desejem exercer sua atividade, “a serem membros de uma instituição psicanalítica que se inscreva no rol das instituições psicanalíticas” - formalmente inscritas enquanto sociedades de psicoterapia – “aprovadas pelo estado para oferecerem sua formação”. De todas as instituições que se submeteram a esta redução da psicanálise apenas uma - Noddi Freudiani - não se curvou, por se recusar “a inscrever a prática da psicanálise no âmbito da psicoterapia”. Tal posição é compatível com a ética da psicanálise, mas, ao mesmo tempo, acarreta problemas sérios para seus membros, na medida em que sua atividade de formação e transmissão “se dá de forma inteiramente marginal, segundo a lei estatal”.

Estados Unidos:

No que diz respeito aos Estados Unidos, acho importante destacar outro recorte, ainda do mesmo artigo de Marco Antônio Coutinho (COUTINHO, 2003), na medida em que, o que ocorre naquele País também evidencia outro ângulo da desqualificação da psicanálise.

Segundo Paola Mieli (psicanalista que dirige a *Après-Coup Psychoanalytic Association* em Nova Iorque), em 1999 foi criado um *Consortium* formado por quatro grandes instituições psicanalíticas³ com o intuito de estabelecer “um protocolo que definisse os elementos em jogo na formação de um analista”. Em maio de 2001 tal *Consortium* ratificou os padrões da formação do psicanalista, assim definindo a psicanálise:

“Psicanálise é uma forma específica de psicoterapia individual que objetiva trazer os elementos e processos mentais inconscientes com o objetivo de

³ Intitulado *Psychoanalytic Consortium*, composto de quatro organizações-membro, a *American Academy of Psychoanalysis*, a *American Psychoanalytic Association*, o *National Membership Committee on Psychoanalysis in Clinical Social Work* e a *Division of Psychoanalysis*.

expandir o *self* individual, a auto compreensão, produzindo adaptação em múltiplas esferas de funcionamento, aliviando sintomas de distúrbios mentais e facilitando mudanças de caráter e crescimento emocional”.

Assim o *Consortium* define a psicanálise, na contramão dos princípios que a norteiam: só o emprego de termos *psicoterapia, adaptação, distúrbios mentais, crescimento emocional*, etc., por si só são passíveis de ser objeto de uma crítica severa da parte dos psicanalistas, coloca Coutinho – de forma bastante acertada.

França:

De um artigo da psicanalista Cláudia Perrone “A Polêmica do Autismo na França” (PERRONE, 2012) faço alguns recortes que parecem revelar muita similaridade com o que está acontecendo no Brasil:

A polêmica do autismo eclode em 13 de fevereiro de 2012, com “uma manchete na capa do jornal *Libération* deflagrando um debate nacional: “A psicanálise interdita do autismo”⁴. A matéria é impactante: “Autismo – *psis* reduzidos ao silêncio”. Esta matéria antecipa “trechos inéditos de um relatório sobre *boas práticas* no tratamento do autismo”, oficialmente publicado em 08 de março pela Alta Autoridade da Saúde (HAS), criada em 2004 para avaliar cientificamente e promover as boas práticas e o bom uso dos cuidados da saúde. Suas recomendações são seguidas com atenção. Entenda-se por “boas práticas” aquelas que, em uma empresa, garantem a entrega do produto certo para um cliente com o menor custo para a organização. No que diz respeito às práticas de saúde são as técnicas identificadas como as melhores para realizar determinada tarefa: a forma correta de atuar com o menor custo. Na página 27 do relatório os especialistas da HAS afirmam que não existem dados sobre a eficácia, logo, o que existe é uma não pertinência das intervenções sustentadas em abordagens psicanalíticas e na psicoterapia institucional. A mais alta instância da saúde francesa – composta por oito médicos, funcionários públicos e acadêmicos, fecha a porta para a psicanálise no tratamento do autismo.

⁴ *La psychanalyse interdite d'autisme*. Tradução livre minha

Outro desdobramento inquietante é um projeto de lei proposto pelo Deputado Daniel Fasquelle que

“visa proibir o acompanhamento psicanalítico de pessoas autistas, a favor dos métodos educacionais e comportamentais. Para ajudar as pessoas a lidar com o autismo, a França não pode continuar a tolerar e apoiar as práticas do tipo psicanalítico no tratamento do autismo”.

O chefe de um centro de tratamento assim resume esse fechamento: “é como se fosse decretado o fim do inconsciente”.

Ainda em 13 de fevereiro o Partido Comunista Francês lançou uma nota, considerando que a equipe de saúde tem direito de recorrer à relação terapêutica de sua escolha, do mesmo modo que o paciente tem direito a escolher o seu terapeuta.

Os criadores da campanha (HAS) defendem como tratamento dos transtornos mentais a normatização dos comportamentos através da associação da terapia farmacológica a métodos pedagógicos, enquanto – diz a nota do PCF – a maioria das pessoas espera um acompanhamento relacional e não uma gestão normativa focada nos sintomas.

O ódio à psicanálise tem relação com o fato dela não ser uma palavra vã. A interrogação das direções contraditórias do desejo teve como efeito social a criação de uma analítica da normalização, cujos efeitos são também efeitos de poder libertar o que pensa silenciosamente.

Brasil:

Apresento, a seguir, vários recortes de diversos artigos já publicados pelo *Movimento* e outras instituições:

Em 04 de setembro de 2012 foi noticiado pelo Diário oficial do Estado de São Paulo um *Edital de Convocação para Credenciamento pela Secretaria Estadual de Saúde (SES) de Instituições Especializadas em Atendimento a Pacientes com Transtorno do Espectro Autista (TEA)*. Tal edital especificava que os psicólogos deveriam ser “comprovadamente da linha Cognitivo Comportamental”, além de ser

exigido, do responsável pela instituição, uma declaração de que ali só se utilizasse “métodos cognitivos comportamentais validados na literatura científica”, cabendo também a estes profissionais a avaliação psicológica do nível cognitivo e comportamental dos pacientes.

Alguns dias após, se deu o fechamento do CRIA - UNIFESP (Centro de Referência da Infância e Adolescência), instituição que vem se dedicando ao atendimento de bebês, adolescentes e crianças, e seus familiares, através de um sério trabalho interdisciplinar.

O governo de SP, através da Secretaria Estadual de Saúde (SES), assume, assim, oficialmente, que serviços de base psicanalítica não contam com eficácia comprovada. Nesse contexto, propõe encerrar o apoio financeiro que há mais de dez anos confere ao Centro de Referência da Infância e Adolescência – CRIA/UNIFESP.

Inaugurado em 2002 por um convênio entre a UNIFESP e a SES, com a intermediação da SPDM, o CRIA é uma instituição que realiza cerca de 1200 atendimentos mensais de bebês, crianças, adolescentes e seus familiares oriundos de abrigos, escolas, creches, Conselhos Tutelares, Vara da Infância, hospitais, CAPS e outros serviços de saúde mental, através de uma equipe interdisciplinar que garante uma visão e assistência global aos pacientes.

A assistência que presta é abrangente, incluindo diversas patologias graves. A assistência prestada pelo CRIA foi severamente criticada pela SES, por entender que sua população alvo deve ser de pacientes psicóticos e autistas. No entendimento do CRIA, contudo, todo sofrimento merece ser escutado e tratado sem delimitar sua atuação em função de uma única patologia, diferentemente do que prega o *mainstream* atual das práticas médicas e assistências vigentes em nossa atualidade.

Logo após a publicação do Edital, um mandado de segurança impetrado pelo Conselho Federal de Psicologia levou a SES a suspendê-lo. Mais uns dias após, com a grita gerada por seu fechamento, o CRIA foi reaberto.

É com preocupação cada vez maior que acompanhamos a desqualificação da psicanálise dentro da rede pública, sob a forma de medidas discriminatórias, restritivas e autoritárias, configurando um evidente retrocesso na política de saúde pública. Impor uma forma única e exclusiva de abordagem terapêutica no atendimento do autismo é, a nosso entender, um total reducionismo da pluralidade de olhares, compreensão e de abordagens terapêuticas que o sofrimento humano requer.

Esses graves acontecimentos tiveram uma forte repercussão na comunidade psicanalítica que se uniu quando se viu convocada a debater respostas, posicionamentos e pensar ações para fazer frente a esta marcha reducionista que, ao limitar as abordagens terapêuticas, ignora o debate necessário na comunidade científica e os testemunhos de avanços terapêuticos realizados com outras abordagens, tais como os promovidos pela psicanálise há várias décadas.

Tais acontecimentos tornam evidente uma tendência que vem prevalecendo no sistema estadual de saúde, a exemplo do que já vimos acontecer em outros países, como dito anteriormente.

Numa iniciativa coletiva, psicanalistas e terapeutas de diversas instituições de orientação psicanalítica ligadas ao atendimento destas crianças passaram a se encontrar desde dezembro de 2012, na tentativa de minimizar os efeitos nocivos de tais medidas, tendo-se agrupado sob a insígnia *Movimento Psicanálise, Autismo e Saúde Pública – MPSAP*.

A psicanalista Adella Stoppel de Gueller, em postagem na Folha de S.Paulo, na coluna “Leitores debatem tratamento psicanalítico do autismo” assim responde a uma intervenção equivocada de um leitor:

“Entre elas” (instituições de orientação psicanalíticas), “se encontram as mais prestigiadas universidades do país, instituições psicanalíticas de diferentes filiações teóricas e organizações não governamentais. Seus integrantes atendem, pesquisam e teorizam sobre essa clínica e estão abertos para o diálogo interdisciplinar que a complexidade desses casos requer. Precisamos pensar em benefício dos pacientes e suas famílias no lugar de defender interesses corporativos transvestidos de argumentos científicos” (GUELLER, 2013).

Durante os meses de janeiro, fevereiro e março de 2013, os grupos de trabalho temáticos do *Movimento* reuniram-se de modo presencial nessas três reuniões e também em outras ocasiões, inclusive virtualmente, e discutiram seus temas para a Jornada de 22 a 24 de março, também em São Paulo. Esta Jornada foi realizada no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo com bastante divulgação da mídia. O objetivo da Jornada foi apresentar as produções dos 13 grupos de trabalho temáticos que se organizaram em torno de três grandes eixos:

1. Políticas públicas para o atendimento da criança com autismo;
2. Ciência e Psicanálise;
3. A clínica psicanalítica para crianças com autismo.

As apresentações dos 13 Grupos de Trabalho tinham como foco tornar mais claro e real o conhecimento sobre a presença da psicanálise nos setores públicos e privados no Brasil e produzir um extenso e consistente material a ser divulgado ao público em geral. A Jornada contou ainda com três mesas redondas para iniciar diálogos e trocas com envolvidos na questão do autismo e da saúde pública e tornar pública a existência do movimento⁵.

Mesmo que a solução desta problemática ligada à saúde pública esteja apenas no início, é satisfatório ver que alguns psicanalistas de orientação Freud-laciana⁶, já participam de equipes que elaboram manuais e instrumentos normativos para a prestação de serviços do SUS, na definição de políticas públicas fundamentais destinadas a nortear o tratamento e o diagnóstico nos equipamentos do SUS (como as lançadas no documento Linha de Cuidado para a Atenção das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista e suas famílias na Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde/SUS - Ministério da Saúde, abril, 2013).

A última ação do *Movimento* foi a elaboração e ampla divulgação de uma *Carta aberta ao Fantástico e ao Dr. Dráuzio Varella sobre a série Autismo: Universo Particular*, com excelente embasamento sobre o relevante grau de pouco caso, desconhecimento e irresponsabilidade com que veicularam o autismo para milhões de telespectadores, causando mobilização e insegurança, além de angústia nas famílias de portadores de autismo. Apontando para o que considera como faltas éticas e desconhecimentos científicos cometidos pelo programa, esta carta tem como meta contribuir para com o esclarecimento à população, favorecendo que programas jornalísticos e de divulgação científica possam trazer informações sérias e efetivas sobre o autismo e seu tratamento, uma vez que se trata de um tema da maior relevância para a saúde pública atual.

⁵ Todos os trabalhos estão publicados no link http://www3.fe.usp.br/secoes/inst/novo/laboratorios/lepsi/biblioteca/estante/hist_autismo.pdf.

⁶ Maria Eugênia Pesaro e Cristina Kupfer/Lugar de Vida, Gabriela Xavier de Araújo/CRIA, Claudia Mascarenhas/ Espaço Moebus/Instituto Viva infância/grupo de pesquisa Preaut Brasil, Paulina Rocha/CPPL de Recife

Assim, a origem do *Movimento* se funda na tentativa de desqualificação da psicanálise o que, por sua vez, redundou na tentativa de desqualificação do Sujeito, do inconsciente, da obstrução do Desejo e da capacidade do Sujeito, coisa em que a psicanálise aposta.

Atualmente integram este *Movimento* cerca de 500 profissionais (psiquiatras, psicólogos, pediatras, neurologistas, psicanalistas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, acompanhantes terapêuticos, psicopedagogos) que trabalham no campo da saúde mental inseridos em nestas instituições clínicas e acadêmicas brasileiras¹.

A Pesquisa PREAUT BRASIL participa deste *Movimento*, com os integrantes do Eixo Recife-PE engajados em estudos e análises críticas acerca do Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – DSM*) desde a sua primeira edição, acompanhando os sinais de um tempo em que o autismo, como outras afecções mentais vem sofrendo um reducionismo globalizante, em nome de um pretense *custo x benefício*. Vocês poderão apreciar o resultado da primeira etapa destes estudos no trabalho apresentado por Daniely Miranda, a seguir.

Meu nome é Rita Smolianinoff, sou psicanalista e membro de Intersecção Psicanalítica do Brasil, também ligada diretamente ao *Movimento*, participando do Grupo de Trabalho 11, que se dedica à análise, investigação e pesquisa dos efeitos do DSM (Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) em pais e crianças, juntamente com diversos outros colegas de Recife, Brasília e Alagoinha.

Aderi ao *Movimento* mesmo sem ter prática com crianças e autistas por acreditar que é da causa da própria psicanálise que se trata e para mim é um grande prazer vir aqui trazer estas notícias até vocês.

Gostaria de convidar todos a frequentarem o blog do *Movimento*⁷ e, na medida do seu Desejo, juntem-se a nós.

Obrigada.

⁷ <http://psicanaliseautismoesaudepublica.wordpress.com/>

Referências:

Movimento Psicanálise, Autismo e Saúde Pública. Diversos artigos. Disponíveis em <http://psicanaliseautismoesaudepublica.wordpress.com/>

PERRONE, Cláudia. A Polêmica do Autismo na França. Ano I, Agosto/2012. Disponível em <http://www.sig.org.br/files/uploads/image/EmPauta1.pdf>. Acesso em 23.09.2013

COMUNICADO OFICIAL DA COORDENAÇÃO E DA EQUIPE TÉCNICA DO CRIA-UNIFESP DIANTE DO ENCERRAMENTO DE SUAS ATIVIDADES. Publicação do Instituto Sede Sapientiae. Disponível em <http://sedes.org.br/site/node/345> URGENTE/Fechamento CRIA. Acesso em 22.09.2013.

SOARES, Maria Dias. Psicanálise em São Paulo: ecos da França? Disponível em http://www.sedes.org.br/Departamentos/Psicanalise_da_crianca/wp-content/uploads/2013/04/2013_03-Mundo-Afora.pdf

COUTINHO. Marco Antônio. O que regula a psicanálise? Revista da Escola Letra Freudiana nº 32, de maio de 2003. Disponível em <http://mmpsicanalise.org/textos/marcocoutinho.htm>. Acesso em 23.09.2013.

GUELLER, Adela Stoppel. <http://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2013/09/1342883-leitores-debatem-tratamento-psicanalitico-do-autismo.shtml>



Movimento Psicanálise, Autismo e Saúde Pública/MPASP - Instituições participantes

Universidades:

FEUSP, FMUSP, Grupo de estudo sobre a criança (e sua linguagem) na clínica psicanalítica – GECLIPS/UFUMG, IPUSP, PUC /RJ, Psicologia PUC /SP, Fono PUC/SP, UERJ, UFBA – ambulatório infanto-juvenil da Residência em Psicologia Clínica e Saúde Mental do Hospital Juliano Moreira/UFBA-SESAB, UFMG Laboratório de Estudos Clínicos da PUC Minas, UFPE, UFRJ, UFSM, UnB, Unesp Bauru, UNICAMP, Univ. Católica de Brasília, Setor de Saúde Mental do Departamento de Pediatria da UNIFESP, Centro de Referência da Infância e da Adolescência – CRIA/UNIFESP, DERDIC/PUCSP, Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais (FCMMG), UNIFOR.

Instituições de Psicanálise:

ALEPH – Escola de Psicanálise, Associação Psicanalítica de Curitiba- APC, Circulo Psicanalítico MG – CPMG, Círculo Psicanalítico de Pernambuco – CPP, EBP/SP (escola brasileira de psicanálise), EBP/MG (escola brasileira de psicanálise), EBP/RJ (escola brasileira de psicanálise), Escola Letra Freudiana, Espaço Moebius/BA, Laço Analítico, Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano – Brasil (EPFCL-Brasil), Fórum do Campo Lacaniano – São Paulo (FCL-SP), Rede de Pesquisa sobre as Psicoses do FCL-São Paulo, Rede Brasil Psicanálise Infância/ FCL, IEPSI, Associação

Psicanálítica de Porto Alegre -APPOA, Instituto APPOA, IPB (instituto de psicanálise brasileiro), Intersecção Psicanalítica do Brasil, Grupo que estuda a clinica com bebês e as intervenções precoces da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, Grupo de Estudos e Investigação dos TGD da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae (SEDES), Departamento de Formação em Psicanálise do Instituto SEDES, Departamento de Psicanálise de Crianças do Instituto SEDES, Curso de Psicossomática Psicanalítica do Instituto SEDES, Núcleo de Investigação Clínica Hans da Escola Letra Freudiana, Sigmund Freud Associação Psicanalítica/RS, GEP/Campinas, NEPPC/SP, Instituto da Família –IFA/SP, Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, Invenção Freudiana – Transmissão da Psicanálise.

Centros de atendimentos não governamentais:

Ateliê Espaço Terapêutico/RJ, Attenda/SP, Centro de Atendimento e Inclusão Social, CAIS/MG, Carretel – Clínica Interdisciplinar do Laço/SP, Carrossel/BA, Centro da Infância e Adolescência Maud Mannoni CIAMM, CERSAMI de Betim, Centro de Estudos, Pesquisa e Atendimento Global da Infância e Adolescência – CEPAGIA/Brasília/DF, Clínica Mauro Spinelli/SP, Clube/SP, CPPL – Centro de Pesquisa em Psicanálise e Linguagem, Centro de Pesquisa em Psicanálise e Linguagem de Recife – CPPL, Escola Trilha, ENFF, Espaço Escuta de Londrina, Espaço Palavra/SP, GEP-Campinas, Grupo Laço/SP, Grupo de Pesquisa CURUMIM do Instituto de Clínica Psicanalítica/RJ, Incere, Instituto de Estudo da Família INEF, Instituto Langage, Instituto Viva Infância, LEPH/MG, Lugar de Vida, Centro Lydia Coriat de Porto Alegre, NIPI/BA, NINAR – Núcleo de Estudos Psicanalíticos, NÓS – Equipe de Acompanhamento Terapêutico, Projetos Terapêuticos/SP, Trapézio/SP, Associação Espaço Vivo/RJ. Clínica Psicológica do Instituto Sedes Sapientiae/SP.

Centros de atendimentos do governo:

Caps Pequeno Hans/RJ, Capsi Guarulhos/SP, Capsi-Ipiranga/SP, Capsi-Lapa/SP, Capsi Mauricio de Sousa/Pinel-RJ, Capsi Mooca/SP, CAPSI-Taboão/SP, CAPSI de Vitória, CARM/UFRJ, NASF Brasilândia/SP, NASF Guarani/SP, UBS Humberto Pasquale/SP, Centro de Orientação Médico-Psicopedagógica – COMPP/SES-DF, Capsi COMPP/SES-DF, Capsi Campina Brande/PB.

Associações:

ABEBÊ – Associação Brasileira de Estudos sobre o Bebê, ABENEPI/Maceió, ABENEPI/RJ, ABENEPI/BSB, Associação Metroviária do Excepcional AME, Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental, CRP/SP (conselho regional de psicologia).

Hospitais:

Centro Psíquico da Adolescência e Infância da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (CePAI/FHEMIG), CISAM/UPE – Centro Integrado de Saúde Amauri de Medeiros – Universidade de Pernambuco, HCB (Hospital da Criança de Brasília), Serviço de psicossomática e saúde mental do Hospital Barão de Lucena -HBL/ Recife, Hospital Einstein, IEP/HSC Instituto de Ensino e Pesquisa do Hospital de Santa Catarina, Hospital Pinel, Hospital das Clínicas – Universidade de Pernambuco.

Revista: Revista Mente e Cérebro.

Grupo de pesquisa:

PREAUT BRASIL, Grupo de pesquisa IRDI nas creches.